

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

O GOLPE DE 64 E A REPERCUSSÃO POLÍTICA NO ESTADO

Arnaldo Lemos dos Santos

Natal - 1997



Arnaldo Lemos dos Santos



O GOLPE DE 64 E A REPERCUSSÃO POLÍTICA NO ESTADO

MONOGRAFIA APRESENTADA À DISCIPLINA
PESQUISA HISTÓRICA II, DO DEPARTAMENTO
DE HISTÓRIA, DA UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO NORTE PARA OBTENÇÃO
DO GRAU DE LICENCIATURA / BACHARELADO
EM HISTÓRIA.

Wicliff de Andrade Costa
Orientador

Natal - 1997

AGRADECIMENTOS

**AGRADEÇO A MINHA ESPOSA E A
MEUS FILHOS, QUE, COM SUA
COMPREENSÃO E DEDICAÇÃO
TORNOU POSSÍVEL ESTE TRABALHO.**

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....01

CAPÍTULO 1- A CRISE POLÍTICA NO GOVERNO JOÃO GOULART

1. 1 - O Parlamentarismo: A solução pacífica.....02

1. 2 - O Complexo Ipeslibad e a conspiração contra o governo05

1.3 - O Governo João Goulart distituído pelo golpe militar.....08

CAPÍTULO 2- O GOLPE MILITAR NO ESTADO

2.1- O Governo Aluísio Alves e sua posição política.....15

2.2- A trajetória política do nacionalista Djalma Maranhão.....21

CAPÍTULO 3- A CONSOLIDAÇÃO DO GOLPE E SUA REPERCUSSÃO NO ESTADO

3.1- O Governo Castelo Branco e as disputas oligarquicas no Estado..30

3.2- O Governo Costa e Silva e as mudanças políticas no Estado34

CONCLUSÃO.....37

BIBLIOGRAFIA.....39

INTRODUÇÃO

Decorrido mais de trinta anos desde a eclosão do movimento golpista de 64, ^{...?} no qual deu início a um período de vinte anos de ditadura militar. A proximidade histórica do evento não permite hoje que se faça uma análise mais aprofundada do assunto. Isto porque ainda levam consigo traumas e cicatrizes que muitas delas nem o tempo conseguirá apagar.

Achamos que é de fundamental importância uma análise mais aprofundada do assunto, face a importância do movimento para a história do Estado.

Quando nos propusemos a estudar o golpe militar, fizemos no intuito de colaborar com a historiografia do Estado. Para a melhor compreensão e exploração do tema, fomos obrigados a delimitar o campo de ação no período de 1960 a 1969. É neste período que vai ocorrer as maiores mudanças políticas tanto no Estado como a nível federal.

CAPÍTULO 1- A CRISE POLÍTICA NO GOVERNO JOÃO GOULART

1.1- O Parlamentarismo: A solução pacífica

A inesperada renúncia de Jânio Quadros à Presidência do Brasil, gerou uma grave crise política. De acordo com a constituição de 1946, o vice-presidente assumiria o cargo. A trajetória política de João Goulart fez com que os ministros militares vetassem seu nome para a vaga. Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul, juntamente com o terceiro exército sediado naquela capital, exigiram do Congresso Nacional o cumprimento da constituição de 1946. Os ministros militares lançaram um manifesto à nação explicando as razões do veto:

“...As Forças Armadas profundamente convictas de que a ser assim, teremos desencadeado no país um período inquietador de agitações, de tumultos e subversão armada, enfim, através do qual colaboram ruindo as próprias instituições democráticas, e com elas, a justiça, a liberdade, a paz social, todos os mais altos padrões da nossa cultura cristã.

Na Presidência da República, em regime que atribui ampla autoridade e poder pessoal ao chefe de governo, o Sr. João Goulart constituir-se-á, sem dúvida algumas, no mais evidente incentivo a todos àqueles que desejam ver o país mergulhado no caos, na anarquia, na luta civil. As próprias Forças Armadas infiltradas e domesticadas, transformar-se-iam como tem acontecido noutros países, em simples milícias comunistas”...¹

O Congresso Nacional, mesmo pressionado pelas Forças Armadas e Civis, não poderia impedir a posse de João Goulart, pois correria o risco de renunciar ao princípio das eleições livres e ao mesmo tempo descartar milhões de brasileiros que o ajudaram, a eleger-se. Naquele momento, de crise política que passava o país, o Congresso Nacional achou mais viável alterar a constituição e instituir o sistema parlamentarista.

Durante os quatorze meses de sistema parlamentarista, João Goulart lutou juntamente com sua base política composta de partido de esquerda e sindicatos a fim de resgatar os plenos poderes do sistema presidencialista. O jogo político arquitetado por João Goulart visou —

atingir seus adversários e ao mesmo tempo mostrar ao povo a inviabilidade do novo sistema de governo. A composição ministerial foi motivo de radicais disputas políticas travadas no interior do Congresso Nacional.

O Sistema Parlamentarista, implantado para resolver o impasse criado a partir da renúncia de Jânio Quadros, não trouxe tranquilidade para o país. João Goulart que não possuía a maioria no Congresso Nacional, resolveu apelar para os sindicatos e a massa popular. Os projetos de reforma de base não eram bem aceitos pelos congressistas. O governo incentivou, greves, invasões de terras, enfim tudo que viesse a pressionar o congresso no sentido de aprovar ao reformas de base. A agitação das massas populares, greves de sindicatos se tornaram rotina do país. A pressão imposta pelas massas populares e sindicatos fez com que o Congresso Nacional aprovasse a lei capanema-valadares, marcando o plebiscito para 7 de Janeiro de 1963, João Goulart conseguiu sair vitorioso no plebiscito e _____

conseqüentemente retornar o sistema presidencialista que lhe dava plenos poderes.

1.2- O Complexo Ipeslibad e a conspiração contra o governo

Criado em 29 de Novembro de 1961 , o Complexo Ipeslibad (Instituto de Pesquisa Estudos Sociais / Instituto Brasileiro da Ação Democrática) entidade civil que agrupou; empresários, políticos, militares e intelectuais, todos dispostos a conspirar contra o governo informista de João Goulart. O Complexo Ipeslibad representou a nível nacional os interesses das multinacionais e associados. Os empresários ligados a capital multinacional uma começou e um empecilho de ordem econômica vigente no país. O projeto de reforma de base de natureza nacionalista era extremamente prejudicial à penetração imperialista no país. A criação do Complexo Ipeslibad

marcou a passagem da supremacia econômica multinacional para o posicionamento de força política de liderança. A pretensão dos empresários brasileiros era ocupar um lugar na política que fosse compatível com seu poder econômico.

Inicialmente o Complexo Ipeslibad foi constituído de um pequeno grupo que representou oficialmente os interesses dos empresários brasileiros que exerciam na época uma insignificante pressão sobre o governo central. Ao longo do tempo, este grupo foi ganhando mais adeptos e se constituiu numa organização capaz de articular ações políticas bem sofisticadas contra o governo reformista de João Goulart. O Complexo Ipeslibad também foi responsável pela preparação das estratégias e das ações táticas que levaram ao golpe militar contra João Goulart. Essa organização não mais admitia que a direção política do país ficasse apenas nas mãos dos partidos políticos.

A atuação política do Complexo Ipeslibad basicamente foi direcionada para os partidos políticos e o Congresso Nacional. O

domínio desses dois setores de constituía no controle da política nacional. A tática empregada pelo Complexo par enfraquecer as bases políticas do governo se deram através da persuasão dos formadores de opinião pública. A distribuição de recursos financeiros aos chefes de Estados que apoiavam os projetos do Complexo também foram bastante importantes para desestabilizar o poder político de João Goulart. A atuação política do Complexo também se estendeu para os movimentos estudantis, camponeses, com o isso objetivou conter o avanço das manifestações em apoio ao presidente. A penetração do Complexo em diversos segmentos da sociedade tinha a finalidade de neutralizar e desarmar o dispositivo popular armado por João Goulart.

A estratégia política do Complexo era isolar o poder executivo. Com isso, impedia o governo de legislar através do Congresso Nacional. ADP (Ação Democrática Parlamentar) tinha a missão de moldar a opinião pública e ao mesmo tempo, levar a estrutura do país ao caos com isso abriria caminho par uma solução extraconstitucional, o golpe militar.

1.3- O Governo João Goulart destituído pelo golpe militar

O ano de 1963, iniciou com a restauração do sistema presidencialista, João Goulart agora poderia montar e organizar seu verdadeiro ministério, pois possuía todos os poderes referente ao sistema presidencialista. Livre de qualquer veto, João Goulart passou a nomear políticos e militares de sua inteira confiança para cargos estratégicos na estrutura política do país.

O governo federal iniciou sua luta no sentido de conseguir a aprovação no Congresso Nacional de suas propostas de reformas de base. O projeto de reforma agrária enviado ao Congresso Nacional enfrentou grande oposição dos partidos conservadores. O primeiro obstáculo ao projeto de reforma agrária foi exclusivamente econômico, o governo não possuía recursos financeiros suficientes para indenizar os latifundiários e o segundo obstáculo foi mais político. O Congresso

que era composto de alguns latifundiários e de políticos conservadores foi rigorosamente contra o projeto. A esquerda por sua vez estava dividida e não conseguiu apoio suficiente para conseguir a aprovação, com isso o governo perdia mais uma batalha no Congresso. A esquerda radical liderada por Leonel Brizola tinha o apoio da cúpula sindical, PUA, CGT exigia do governo um posicionamento. O governo pressionado pela direita e esquerda ao mesmo tempo. ... ?

O Presidente indeciso e de fraca personalidade não tinha habilidade política para conseguir o apoio do Congresso Nacional para a aprovação das reformas. Os sindicatos incentivam as greves, as ligas camponesas promoviam invasões de terras. A onda de manifestação também deflagrou dentro dos quartéis, suboficiais, sargentos, fuzileiros e soldados protestavam em Brasília. A hierarquia e a disciplina ameaçadas, o governo assistia passivamente a insubordinação dos militares.

A quadro nacional se agravava, manifestações de verificavam em todo o país. O duplo jogo político de João Goulart conseguia

desagradar a militares, udenistas, civis, petebistas e até mesmo as ligas camponesas que sempre o apoiaram. O chefe do Estado Maior do Exército culpava o presidente e as organizações sindicais pelo caos instalado no país. Em pronunciamento Castelo Branco dizia o seguinte:

“Entendia-se, por um lado que eram legais fossem quais fossem, os atos emanados da autoridade do governo ou praticados com seu apoio, e em nome dela, mesmo quando atribuíam ao CGT o estatuto de uma esdrúxula instituição nacional e tendiam, unilateral e posteriormente, as reivindicações das suas cúpulas, contrariando os interesses das instituições permanentes e legítimas. Do outro lado, as Forças Armadas, responsáveis maiores pela manutenção da ordem e pela defesa da lei eram ameaçadas em suas bases pela desenvoltura da ação do CGT, que procurava minar-lhe a disciplina, instigando a insubordinação dos sargentos e cabos contra os chefes, para a fim de transformá-los em milícias populares, a serviço de seus objetivos políticos, que haveriam de ser, por isso mesmo, os do governo. Ele os

incentiva e aplaudia. Era, evidentemente, um estranho convite de legalidade. Estranho e inevitável.”² ?

João Goulart em uma atitude agressiva resolveu solicitar do Congresso Nacional a decretação do Estado de Sítio por 30 dias a fim de conter a onda de agitação e amotinações que intranquilizavam o país. A esquerda de Miguel Arraes e Leonel Brizola desconfiavam do pedido, pois temiam uma manobra política do presidente, que viesse a prejudicar os políticos de esquerda e também a classe operária. Os militares também se posicionaram contra o pedido. O governo, não conseguindo seu objetivo, resolveu retirar o projeto que lhe dava poderes especiais.

Sentindo-se sem poio de suas bases políticas, João Goulart resolveu se posicionar a favor da esquerda radical. Logo as organizações sindicais passaram a apoiar João Goulart e conclamavam o povo para se fazer presente no dia 13 de março de 1964, a fim de assistir a um ato público.



“As entidades sindicais e organizações que subscrevem esta convocação, na qualidade de autênticos e legítimos representantes de todas às categorias profissionais de trabalhadores da cidade e do campo, dos serviços públicos civis e militares, dos estudantes e dos demais camadas e setores populares, juntamente com a frente parlamentar nacionalista convocam os trabalhadores e o povo em geral para participarem da concentração popular que será realizada no próximo dia 13 de março (sexta-feira) com início 17h30min na praça da República, para qual está convidado e comparecerá o senhor presidente.”³

No comício do dia 13 de março de 1964, João Goulart batizou de comício das reformas, aproximadamente 200 mil pessoas compareceram ao ato público faixa com slogan “Reforma Agrária”, “Liberdade Sindical”, “legalidade do PCB”, “abaixo os gorilas”, “abaixo o imperialismo”, “voto para o analfabeto”, o principal alvo do comício foi o Congresso Nacional. João Goulart considerou o ato público vitorioso. A

inquietação reinava dentro das Forças Armadas, o chefe do Estado Maior redigiu um documento condenando a atitude passiva do presidente, O jornal de João Paulo convidava abertamente as Forças Armadas a depor o presidente. No dia 30 de março de 1964, João Goulart recebe um convite para participar do 40º aniversário da Associação dos Subtenentes e Sargentos da Polícia Militar, o presidente compareceu e fez um discurso inflamado que repercutiu em todo país e no dia 31 de março de 1964, João Goulart, sem o apoio de mais ninguém, resolveu seguir para o Rio Grande do Sul e de lá embarcou para Montevideú onde de exilou, com isso estava concretizado o golpe militar.

A divisão dentro das Forças Armadas foi um ponto decisivo para que João Goulart assumisse o governo mesmo com a restrição dos seus poderes. A oposição ferrenha das Forças Armadas, Congresso Nacional e empresários que representavam os interesses da capital internacional no Brasil, constituíram no principal obstáculo ao governo

*

* Você acabou de referir-se ao seu exílio, e agora fala em "assumir o governo" ?

João Goulart. O governo tinha sua base política restrita aos partidos de esquerda e as organizações sindicais e entidades de classe que não possuíam força política suficiente para assegurar a aprovação das reformas de base. A queda do governo ocorreu devido à falta de apoio político da esquerda que estava dividida e por último à pressão feita pelas Forças Armadas, Congresso Nacional e pelo Complexo Ipeslibad que representava a classe empresarial do Brasil.

1- Aurélio de Lira Tavares. O Brasil de minha geração. p. 65.

2- Id. Ibid. p. 76.

3- Id. Ibid. p. 87.

CAPITULO 2 - O GOLPE MILITAR NO ESTADO

2.1 - O GOVERNO ALUÍZIO ALVES E SUA POSIÇÃO POLÍTICA

A queda das oligarquias agrárias em todo o Nordeste brasileiro representou a nível nacional, a derrota do Partido tradicional e governamental. No Rio Grande do Norte, a União Democrática Nacional, principal partido do Estado agrupava as duas maiores lideranças políticas. A UDN entrou no processo de cisão entre as duas principais lideranças. O grupo político liderado por Aluízio Alves representou uma Política Populista e Progressista enquanto que o outro grupo político liderado por Dinarte Mariz, denominado "dinartista" representou no Estado uma economia agrária-algodoeira e uma política tradicional. A cisão dos dois grupos políticos ocorreu a penetração capitalista vindo do centro sul do país. As mudanças ocorridas

provenientes da separação dos dois grupos políticos não interferem no processo de dominação política do estado.

A Campanha Política de 1960, colocou frente a frente os dois maiores grupos políticos dissidentes. O Estado foi palco de radicais e acirradas disputas políticas. Aluizistas e Dinartistas disputavam o domínio político do estado. Aluízio Alves que desligou-se da UDN formou uma coligação com os partidos; PSD, PTB, PDC e PTN, a fim de disputar as eleições contra a oligarquia dinartista. A oligarquia dinartista tinha como candidato oficial Djalma Aranha Marinho. Dinarte Mariz, que naquele momento estava à frente do governo do Estado, usufruiu da máquina administrativa a fim de beneficiar seu candidato, mesmo assim o grupo político liderado por Aluízio Alves conseguiu sair-se vitorioso.

Ao Assumir o governo, Aluízio Alves procurou implantar no Estado uma Política Progressista. O Convênio assinado com a "Aliança para o Progresso" possibilitou a implantação de vários projetos de

cunho popular. Esses recursos financeiros proveniente do Governo Norte-americano proporcionou a entrada no Estado da Energia de Paulo Afonso. O Estado Criou a Companhia de Serviços Elétricos do Rio Grande do Norte (COSERN) com a finalidade de distribuir a energia no Estado. Na mesma administração foi criada a Companhia de Água e Solo (CASOL). A administração de Aluízio Alves marcou a penetração imperialista no Estado. O convênio assinado pelo Governador com a Aliança para o Progresso tinha dois objetivos: o primeiro, desenvolver o Estado e o segundo, conter e impedir a penetração do movimento comunista no nordeste brasileiro. O Prefeito de Natal, Djalma Maranhão, que havia sido eleito na mesma coligação do governador, não concordou com a ajuda financeira do governo norte-americano ao Estado, pois defendia o nacionalismo. A divergência entre o governador e o Prefeito de Natal provocou a dissolução da Coligação.

Aluízio Alves na sua administração participou do Complexo IPES/IBAD, Sociedade de caráter civil que agrupava em seu quadro

políticos militares, intelectuais e principalmente empresários, todos dispostos a desestabilizarem e conterem o programa de reformas do governo João Goulart. Aluizio Alves participou como membro do aparelho ideológico do Complexo IPES/IRAD. A missão era conceder entrevista que eram preparadas e escolhidas antecipadamente, na qual exploravam temas do interesse da população como saúde, educação, custo de vida. A finalidade dessas entrevistas era formar uma opinião pública favorável às propostas do Complexo IPES/IBAD. No Rio grande do Norte, a União Cívica Feminina promoveu passeatas, palestras, conferências e debates. Todos esses eventos visavam enaltecer o membro do Complexo IPES/IBAD e a administração do governador Aluizio Alves. O estado se constituiu no excelente local para disseminar as idéias do Complexo IPES/IBAD. O complexo IPES/IBAD usou o Rio Grande do Norte para mostrar ao governo federal a capacidade que a empresa privada tinha para resolver os problemas relacionados com o nordeste.

Ao deflagrar o Golpe Militar, Aluizio Alves aguardou o desenrolar dos acontecimentos para se definir politicamente. A atitude do chefe do governo, mediante o movimento golpista, provou ser um político oportunista. Determinado a ser o principal representante do movimento golpista no estado, Aluizio Alves fez publicar na imprensa local a seguinte nota:

^{Ao ?}
"O Povo do Rio Grande do Norte

O governo do Rio Grande do Norte, agora informado das razões e objetivos do movimento ontem, deflagrado sob a liderança do governador Magalhães Pinto que se manifestou o seu apoio as idéias dessa posição que visa autêntica legalidade democrática realmente ameaçada por atitudes e fatos que não eram vindos ao conhecimento público.

Lamento que o presidente João Goulart, a quem reconhece e sempre há de proclamar inestimáveis serviços ao Rio Grande do Norte, no plano do desenvolvimento econômico e social, além uma luta áspera

para modificar estrutura que precisam ser urgente e profundamente reformadas para atender os anseios do progresso nacional, não tenha podido impedir a radicalização das oposições ideológicas e políticas, conduzindo o País ao impasse intolerável que só pode ser solucionado com o respeito às tradições das Forças Armadas, o restabelecimento da tranquilidade e da paz, cujos anseios estão sendo interpretados pela firme e corajosa atitude do governador de Minas.

Peço ao povo que fique tranqüilo e confie no esforço que fará para resguardar os melhores interesses do Rio Grande do Norte.

Aluízio Alves”¹

A trajetória política de Aluízio Alves, considerada de direita, contribuiu para seu posicionamento a favor do movimento golpista. A proposta de Governo de João Goulart era totalmente diferente da proposta de Aluízio Alves. A exaltação ao desenvolvimento industrial desenvolvido por Aluízio Alves com o apoio do imperialismo lanque ia de encontro a política econômica nacionalista de João Goulart. Daí o motivo do não apoio de Aluízio Alves ao Governo Federal.

2.2 - A trajetória política do nacionalista Djalma Maranhão

A trajetória política de Djalma Maranhão foi basicamente direcionada para os partidos de esquerda. Participou como revolucionário no movimento comunista de 1935. Filiou-se ao Partido Progressista e em 1954 conseguiu se eleger Deputado Estadual. Nas eleições de 1955 para governo do Estado apoiou Dinarte Mariz para governador em troca foi nomeado Prefeito de Natal. Devido desavença com o governador renunciou ao cargo de Prefeito e assumiu a suplência de Deputado Federal.

Nas eleições de 1960, Djalma Maranhão filiou-se ao Partido Trabalhista no qual permaneceu até 05 de novembro de 1960. Eleito Prefeito de Natal pela coligação PSD, PTB, PDC, PTN e uma parte dissidente da União Democrática Nacional, Djalma Maranhão, líder nacionalista e representante da terceira força política do Estado, destacou-se no cenário político do Estado por apresentar projetos

populares. Dentre os projetos de natureza popular o que mais repercutiu a nível nacional foi a "campanha de pé no chão também se aprende a ler".

Na campanha política, Djalma Maranhão participou de diversas manifestações de caráter nacionalista. Em 1963, participou de um ato público no Estado no qual discursou ao público natalense. O líder nacionalista Leonel Brizola proferiu no seu discurso:

"Teceu considerações em torno da situação política nacional insistindo em reformas de base, referindo do-N às Forças Armadas, ao qual fez alusão ao General Antônio Muricy, comandante da Guarnição local, acusou-o de gorila, e golpista, chamando à atenção do povo natalense para aquele militar, que, segundo o orador nos acontecimentos da renúncia do Sr. Jânio Quadros, Fugira de Porto Alegre para não ser preso; fez apelos aos soldados do Exército, Marinha e Aeronáutica para pegar em armas em defesa das reformas de base (...) Brizola, disse mais, que apresentaria ao Presidente da

?

isto é
discurso
de Brizola?



República uma representação contra o Embaixador Bordon considerando-o persona non grata ao governo brasileiro, pois agia em nosso País como um autêntico inspetor de colônias". Também atacou a "Aliança para o progresso" e convidou o povo a expulsar do país os agentes do imperialismo lanque.²

O ato público de cunho nacionalista representou em todo o território nacional. Muitos acreditaram que aquele momento deu início ao movimento golpista no Brasil e que iria se concretizar em 1964, Com a queda de João Goulart, A administração de Djalma Maranhão teve caráter esquerdista e nacionalista. Lutou contra o analfabetismo, a interferência imperialista, defendeu o voto do analfabeto, alegando que: "Não podemos deixar a margem o analfabeto que contribuiu da mesma maneira que o alfabetizado, para o engrandecimento, a riqueza e o progresso da Nação. O analfabeto não pode ficar relegado, porque se ele trabalha pelo país, deverá ter o direito de ajudar a eleger o seu representante."³

O discurso nacionalista proferido por Leonel Brizola, teve conseqüências gravíssimas para os nacionalistas no estado. A partir daquele momento a cidade entrou em clima de agitação e hostilidade contra o movimento nacionalista na cidade, com isso impediu a programação do movimento no estado. Diante do quadro de perseguição que passava os nacionalistas, o prefeito de Natal resolveu iniciar um Telegrama ao Presidente informando-o da situação e cobrando o posicionamento político.

"O Presidente João Goulart

Ministro da Justiça - João Mangabeira

Apresento Vossencia denúncia clima intranqüilidade de preparação golpista este Estado, conseqüência ação conjunta Governador e General Comandante da Guarnição do Exército. Governador quando fora do Estado faz pronunciamento democrático, enquanto aqui manda a Polícia prender dirigentes sindicais e espanca operários (...) O Secretário de Segurança Coronel do Exército Ulisses Cavalcante iniciou arbitrariedade contra a Prefeitura de Natal

apreendendo correspondência remetida a União Nacional Estudantil, enquanto isso o general Muricy faz Pregação Estado de Sítio e promove alarme público. Afirmando haver guerra revolucionária. Defesa autonomia municipal confiando garantias, Governo Federal, reafirmando nossos propósitos de defesa reformas de base - saudações Djalma Maranhão - Prefeito de Natal. (Folha da Tarde, Natal 6.6.1963)"⁴

Ao deflagrar o movimento golpista no Estado, Djalma Maranhão posicionou-se contra o movimento, ficando solidário ao Presidente João Goulart. Djalma Maranhão também fez publicar uma nota oficial na imprensa local no dia 01 de abril de 1964, no qual conclamou seus correligionários para resistir ao movimento. A mensagem do governo municipal foi a seguinte:

decisiva " O Governo Municipal de Natal, na hora grave e indecisa que o Brasil atravessa, torna público:

- A posição do Prefeito Djalma Maranhão ^{de} de defesa de legalidade democrática. A mesma posição assumida quando da posse

do Presidente João Goulart, transmitida através de pronunciamento oficial de editorial da "Folha da Tarde", *journal de q. é diretor.*

- O Prefeito Djalma Maranhão junta a sua voz à de todas as forças democráticas e populares do país, na denúncia aos governos de Minas Gerais, São Paulo, Guanabara e Rio Grande do Sul que, ontem pela madrugada, colocaram-se fora da lei, levados pelo desespero do reacionário *reacionarismo* contra as reformas de base, servindo de instrumento e oferecendo suas falsas lideranças à força ^{de} antipovo e da *antinação.* nação.

- O Prefeito Djalma Maranhão, ao lado das forças populares e democráticas, conclama o povo para que se mantenha em permanente estado de alerta, nos seus sindicatos, diretórios, órgão de classe, sociedades de bairros, ruas e praças públicas, na defesa ~~da~~ *intransigente* intransigência, da legalidade, que possibilitará a libertação do povo e do país, do imperialismo e do latifúndio, a concretização das reformas de base e a construção do amanhã mais justo e mais feliz do Brasil.

Deveria ao menos espionar corretamente.

- O Prefeito Djalma Maranhão, eleito pela vontade popular, cumpre a sua obrigação de dizer que a Prefeitura é a casa do povo onde se instala, nesta hora, o QG da luta da legalidade e da resistência.

- Finalmente, o prefeito Djalma Maranhão reafirma o seu pronunciamento de 18 de setembro de 1961, que serviu de palavra de ordem para o Rio grande do Norte: Esta é a hora da opção ^a legalidade é Jango!

Prefeitura de Natal - 01/04/64

Djalma Maranhão - Prefeito”⁵

O apelo feito pelo Prefeito, para o povo resistir ao movimento não surtiu o efeito desejado. Na cidade, não se viu nenhuma manifestação a favor do Governo João Goulart. O governador tomou todas as providências necessárias no sentido de impedir qualquer manifestação. As Forças Armadas foram para as ruas. Uma Guarnição do Exército invadiu a Prefeitura e prendeu o Prefeito, que foi conduzido até o

Quartel General do Exército. O Prefeito após sua prisão, teve seu impeachment decretado.

O golpe militar basicamente não interferiu na estrutura política do estado. As duas maiores oligarquias, que se revezavam no poder, inicialmente não sofreram qualquer restrição a nível Federal. Por outro lado, o golpe militar eliminou do cenário político do Rio Grande do Norte, a terceira força política que naquela oportunidade estava representada por Djalma Maranhão e tentava fixar-se na política do Estado.

NOTAS

1 - Aluizio Alves Apud Mailde Pinto GALVÃO. 1964. Aconteceu em abril. p. 23-24.

2 - Hélio Silva Apud José Wellington GERMANO. Lendo e aprendendo: a Campanha de Pé do Chão. p.95.

3 - Marcos MARANHÃO. Djalma Maranhão: Pensamento político. p.30.

4 - Aluizio ALVES. A verdade que não é secreta. p. 169.

5 - Mailde Pinto GALVÃO. op. cit, p.11-12.

CAPITULO 3 - A CONSOLIDAÇÃO DO GOLPE E SUA REPERCUSSÃO NO ESTADO

No processo de consolidação do golpe, a política do estado passou por gradativas modificações. Neste período, ocorreu a decadência política da oligarquia dinartista e ao mesmo tempo, o grupo político liderado por Aluizio Alves conseguiu atingir seu apogeu. No final desta fase, o grupo aluizista foi parcialmente atingido e entrou em processo de declínio. Por último, a implantação do ato institucional nº 5, provocou o surgimento no cenário político do estado de um novo grupo político.

3.1 - O Governo Castelo Branco e as disputas oligárquicas no Estado

Nas eleições de 1965, o Governo Castelo branco, não interferiu no pleito eleitoral. Eleições diretas foram realizadas em 11 estados brasileiros. O Governo obteve a vitória em 09 estados, perdendo apenas em 02 estados, o da Guanabara e Minas Gerais, ambos

considerados de grande importância a nível nacional. O Rio Grande do Norte foi um dos Estados brasileiros que realizou eleições para o governo estadual naquela data. Naquele momento político, disputavam o poder político do Estado, duas importantes lideranças, Aluizistas e dinartistas. A não interferência do Governo Federal se deu devido os candidatos serem considerados revolucionários.

Castelo Branco não viu motivos suficientes para intervir na política local, pois a eleição para governo do estado não oferecia nenhum risco a nova ordem política. As eleições ocorreram no clima de revanchismo e radicalismo devido o grupo aluizista ter conseguido derrotar seus adversários, nas eleições realizadas em 1960. Walfredo Gurgel, candidato ao Governo do Estado e representante do grupo Alves, tinha um passado relacionado com a direita. Combateu a propagação do Comunismo na região do seridó, foi vice-governador na administração de Aluizio Alves, Senador do Estado. Dinarte Mariz, candidato ao governo do estado, considerado um dos maiores líderes políticos e chefe da oligarquia dinartista, tinha a seu favor o prestígio de ser ex-governador e senador do Estado.

Ao sair vitorioso nas eleições de 1965, o Monsenhor Walfredo Gurgel fez uma administração simples e sem muitas realizações, procurou durante o período que esteve à frente do governo, manter uma estrutura capaz de eleger, nas eleições de 1971, para governador, seu correligionário Aluizio Alves. A pretensão do Monsenhor Walfredo Gurgel não passou de um sonho, pois o Ato Institucional nº 2 acabou com as eleições diretas para Presidente e Governador dos Estados.

Nas eleições de 1966, a situação política nacional começou a sofrer restrições por parte do Governo Federal. A perda das eleições em dois dos principais estados brasileiros, Guanabara e Minas Gerais, fez com que as Forças Armadas, através do Presidente da república, exercesse maior controle político. Com isso, não corria o risco de ser novamente derrotado. Criou-se o Bipartidarismo, formaram-se os partidos da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). A lei da inelegibilidade excluiu os candidatos que serviram como Ministro de João Goulart depois de 1963.



No Estado, o cerco político implantado por Castelo Branco// começou a aparecer os efeitos. Nas eleições de 1966, para o Senado Federal e para a Câmara Federal. O principal líder do Estado, Aluízio Alves, representante do grupo Alves, teve seu primeiro veto decretado pelo Presidente. Castelo Branco alegou que ao candidatar Aluízio Alves para o Senado federal ^{Quem?} não conseguia unir as correntes políticas do Estado e ao mesmo tempo, ele foi acusado de diversas irregularidades na sua administração. Todos esses fatores contribuíram para que Castelo branco vetasse seu nome para o senado federal, mas em contrapartida permitiu que o mesmo concorresse a uma vaga na Câmara Federal. Mesmo com as restrições, Aluízio Alves ainda conseguiu se eleger Deputado Federal.

3.2 - O Governo Costa e Silva e as mudanças políticas no Estado

O Governo Costa e Silva marcou o início de uma nova fase na Política Nacional. A tentativa do governo federal foi de humanizar o novo regime não foi bem sucedida. Greves, manifestações, passeatas tornaram-se rotina em todo o País. os decretos-leis e atos institucionais impossibilitaram a política de conciliação desenvolvida pelo Presidente. A legislação revolucionária eliminou a participação política do povo, na vida política do País. A repressão e a violência policial tomaram conta do País.

No Estado não ocorreu nenhuma manifestação contrária ao governo federal. O governador Walfredo Gurgel apoiava o presidente Costa e Silva. A situação política do estado estava estável. As eleições realizadas em 1960 e 1965, provocara, a decadência de uma oligarquia do Estado. A oligarquia dinartista entrou no processo de decadência. O grupo político aluizista estava no auge. pois tinha conseguido derrotar seu principal adversário por duas vezes seguidas.

A centralização política implantada pelos governos militares começou a atingir as lideranças dos Estados com a implantação do Ato Institucional nº 5. No Rio grande do Norte esse ato provocou uma série de modificações na política. O cerco aos políticos inescrupulosos, corruptos e líderes estudantis atingiu Aluizio Alves, que foi cassado em 1968 e teve seus direitos políticos suspensos por dez anos. Na época, Aluizio Alves exercia o mandato de Deputado Federal. Além de eliminar da política local, o líder do grupo político Alves também conseguiu cassar os direitos políticos de mais dois componentes da família Alves; Garibaldi Alves e Agnelo Alves que exercia o mandato de Prefeito de Natal. Não era mais importante para o governo federal ter lideranças fortes nos estados. A cassação política de Aluizio Alves estava ligada aos processos de corrupção, desvios de verbas públicas, fraude eleitoral, verificados na sua administração. A eliminação parcial das lideranças políticas do Estado contribuiu para o aparecimento de um novo grupo político. O grupo "Maia", que surgiu com as modificações políticas promovidas pelos governos militares, substituiu a oligarquia

dinartista e ao mesmo tempo foi se fixando no cenário político estadual, durante todo o regime militar.

O enriquecimento do regime militar atingiu gradativamente as bases políticas do Estado. A legislação revolucionária imposta pelas Forças Armadas contribuiu para expurgar do cenário político local as lideranças tradicionais que exerciam o domínio político do Estado. A desestabilização dos velhos grupos, possibilitou o surgimento de novos grupos políticos.

CONCLUSÃO

A crise política ocorrida durante o governo João Goulart não refletiu na política do Estado. As manifestações de caráter nacionalista em apoio a João Goulart não passaram de simples e ineficientes protestos. Embora, o Prefeito de Natal, Djalma Maranhão representasse no Estado o governo reformista de João Goulart e também a terceira força política do Estado não houve nenhuma manifestação que viesse a atingir estrutura política. A deflagração do golpe militar não provocou mudanças na estrutura política do Estado, a penas eliminou a terceira força política, que a nível estadual era considerada insignificante. A consolidação do novo regime foi gradativamente dinartista,[?] neste período, entrou no processo de declínio devido sua própria debilidade. O grupo liderado por Aluizio Alves, por sua vez, sofreu seu primeiro veto.

A família Alves foi atingida com a cassação dos principais representantes.

A queda da oligarquia dinartista e a eliminação parcial da família Alves da política estadual, permitiu o surgimento de um novo grupo político denominado "Maia" que fixou-se na política do Estado durante todo o Governo militar.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- 1 - AYRTON, José. da brejeira ao rabo de palha: uma História do Governos do Rio Grande do Norte. Natal; Cooperativa dos Jornalistas de Natal, 1986. 166p.

- 2 - ALVES, Aluizio. A verdade que não é secreta. Rio de Janeiro; ^{ed.?} 1976. 194p.

- 3 - BANDEIRA, Moniz. O Governo João Goulart: As lutas sociais no Brasil: 1961-1964. 6. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1983, 183p.

- 4 - BASBAUM, Leôncio. História sincera da República de 1961 a 1967. 9.ed. São Paulo, Alfa-Omega, 1975. 4 V.

5 - DREIFUSS, René Armand. 1964: Aconteceu em abril. Natal,

Clima, 1994. 204p.

6 - VIANA FILHO, Luís. O Governo Castelo Branco. Rio de Janeiro,

BIBLIEX, 1975. 2 v.

7 - GERMANO, José Wellington. Lendo e Aprendendo: A Campanha

de Pé no chão. São Paulo, Cortez, 1989, 177p.

8 - GALVÃO, Mailde Pinto. 1964: Aconteceu em abril. Natal, Clima,

1994. 204 p.

9 - MARANHÃO, Marcos. Djalma Maranhão: Pensamento Político.

Natal, CERN, 1985, 160p.

10 - MEDEIROS, Bianor. Monsenhor Walfredo Gurgel: um símbolo.

Brasília, Centro Granco, 1976.

- 11 - SÁ, Marcos Aurélio de. Aluízio Alves: de novo no poder.
RN/Econômico. Natal, (105), 7-9, Ago./79.
- 12 - SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Getúlio a Castelo. 10 ed. São
Paulo. Paz e Terra, 1992. 512p.
- 13 - SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Castelo a Tancredo. 3.ed. São
Paulo, Paz e Terra, 1988. 607p.
- 14 - SODRÉ, Nelson Werneck. Vida e Morte da ditadura: 20 anos de
autoritarismo no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1984. 134p.
- 15 - TAVARES, Aurélio de Lira. O Brasil de minha geração. Rio de
Janeiro, Bibliex, 1977. 287p.
- 16 - TOLEDO, Caio Navarro. O Governo Goulart e o Golpe de 64.
16.ed. São Paulo, brasiliense, 1994. 123p. (Col. Tudo é História).

